



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)



BOLETIM INFORMATIVO Nr 09
(30 DE SETEMBRO DE 2009)

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



Í N D I C E

A S S U N T O	P Á G I N A
1ª PARTE - CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro a Conformidade Contábil Mensal - "Agosto/2009"	2
2ª PARTE - INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. Regulares	2
- Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros - Orientação.	
- Julgamento de T C A - Ano 2006, do 4º BPE	2
b. Irregulares	3
2. Tomadas de Contas Especial	3
3ª PARTE - ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. Execução Orçamentária	3
b. Execução Financeira	3
c. Execução Contábil	3
1) Contas Contábeis	3
2) Patrimônio	3
- Recebimento de patrimônio e /ou cessão de instalações, entre Unidades Gestoras e suas vinculadas, do Exército Brasileiro, com quaisquer organizações civis - Republicação.	3
3) Custos	4
d. Execução de Licitações e Contratos	4
e. Pessoal	4
- Auxílio-Funeral	4
f. Controle Interno	5
- Estágio de Atualização aos Agentes da Administração	5
g. Visita de Auditoria	6
h. Convênios	7
2. Recomendações sobre Prazos	7
a. Determinação do TCU	7
b. Convênios - Acórdão 1562/2009 - TCU - Acompanhamento e Fiscalização	8
3. Soluções de Consultas	8
a. Adicional de habilitação	8
b. Ajuste de Contas	8
c. Assessoria Jurídica de Grande Comando	8
d. Diária de asilados	9
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	9
a. Legislação e Atos Normativos	9
b. Orientações aos Agentes da Administração	10
1) Regulamentação dos Critérios de Alteração no SIAFI	10
2) Comprovante de Residência	11
3) Relatório de Acompanhamento da Apuração de Indícios de Irregularidade Administração (RAAIIA)	11
c. Mensagens COMUNICA	12
4ª PARTE - ASSUNTOS GERAIS	12
1. Aniversário de Organizações Militares (OM)	12
2. Informações do tipo "você sabia que...?"	13
- ANEXO "A" - Julgados e Normas do TCU, de maior interesse para as UG, publicados em Agosto 2009.	17



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “AGOSTO/2009”

Cumprindo às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou, no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **AGOSTO/2009**.

- Encontram-se com **COM RESTRIÇÃO** as seguintes UG:

CÓDIGO DA UG	NOME DA UG
160028	35º BIMtz
160036	Comdo 6ª RM
160173	31º BIMtz
160174 - 167174	15º BIMtz
160194	Comdo 7ª RM

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Conta Anual

a. Regulares

Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros - Orientação

- Esta Inspeção lembra que o dia em que foi realizada a Sessão do TCU corresponde à data de início da contagem do prazo de **05 (cinco)** anos para arquivamento da documentação contábil e financeira relativa àquele exercício, conforme prevê o art. 2º das Normas para Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – **Portaria no 011/SEF, de 17, Out 95**. Esta Portaria prevê, ainda, que *a documentação correspondente aos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS etc) não poderá ser destruída, devendo ser arquivada em pastas próprias, com vistas a garantir a necessária comprovação futura dos recolhimentos efetuados e a resguardar os interesses dos respectivos contribuintes e do Comando do Exército.*

Julgamento de T C A

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIODOTCU	ACÓRDÃO	PROCESSO
2006	160180 – 4º B P E	09/2009	1660/2009-TCU - 2ª Câmara	TC – 016.141/2007-7
Obs: Dando quitação plena aos responsáveis, conforme o nº 2 do Ofício nº 281-SCCR/D Aud, de 09 SET09.				

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**1. Modificações de Rotinas de Trabalho****a. Execução Orçamentária**

- Nada a considerar

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil**1) Contas Contábeis**

- Nada a considerar

2) Patrimônio

- Recebimento de patrocínios e/ou cessão de instalações, entre Unidades Gestoras e suas vinculadas, do Exército Brasileiro, com quaisquer organizações civis - **Republicação**

“Sobre o assunto em epígrafe esta Inspeção transcreve as orientações que foram apresentadas durante a última Reunião de Alto Comando do Exército, que definem os procedimentos a serem adotados, quando do recebimento de patrocínio ou da cessão de instalação a título oneroso ou não:

a. patrocínio

1) quando a UG receber diretamente do patrocinador, qualquer valor em dinheiro ou cheque, esse será depositado na conta única do tesouro, por meio da Guia de Recolhimento único (GRU) e contabilizado na unidade orçamentária Fundo do Exército (F Ex). A partir desse momento, esse recurso transmuda-se para público e a despesa respectiva seguirá o rito normal, ou seja:

a) solicitar o crédito ao F Ex;

b) antes de empenhar, verificar a necessidade de licitar-se ou não; e

c) incluir no patrimônio o material adquirido ou o resultado da prestação de serviço que provoque sua alteração.

2) quando a UG receber o material e/ou a prestação de serviço, que altere o seu patrimônio, e não valores em dinheiro ou cheque, esses serão incluídos em carga, segundo a legislação em vigor.

3) quando o valor, o material ou o serviço prestado for administrado exclusivamente pelo patrocinador ou por outra organização que não seja a própria UG, somente será incluído no patrimônio tudo que alterá-lo. Os valores não serão contabilizados, pois não são geridos pela UG. É necessário celebrar um contrato que especifique todas as atividades envolvidas no patrocínio.

b. cessão de instalações

- a cessão de instalações da UG ou de suas vinculadas para terceiros, a título oneroso ou não, para a realização de atividades diversas, tais como: um dia no quartel, exposições, shows e outras congêneres, deverá ser consubstanciada em um contrato, que especificará todas as atividades, direitos e deveres. Não esquecer as despesas com as concessionárias de serviços públicos.

3. Assim sendo, o recebimento de patrocínio é legal. As UG devem ser orientadas a não o solicitarem compulsivamente, como também evitem recebê-lo, constantemente, dos seus próprios fornecedores, a fim de resguardar a ética e a transparência no trato dos atos e fatos da gestão pública.

4. Caso a UG deseje criar uma sociedade para receber os patrocínios, deverá cumprir o seguinte:

- a. esta sociedade será civil, apolítica, apartidária e sem fins lucrativos;
- b. o embasamento legal está no Art. 5º da Constituição Federal, em seus incisos XVII, XVIII e
- c. não possuir o seu endereço ou de suas UG vinculadas;
- d. não ser gerida por seus militares ou civis ou de suas UG vinculadas; e e. compor a sua diretoria com militares da reserva e/ou civis.”

(Of 114-SPE/D Aud – Circular, de 20 de dezembro de 2007)

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

- Nada a considerar

e. Pessoal

Auxílio-Funeral

- Informo aos senhores OD e aos Agentes da Administração das UG vinculadas a esta Inspeção que, o assunto em epigrafe encontra-se disponível na íntegra, no Ofício nº 327 – Asse Jur-09 (A1/SEF), de 21 SET 09, no endereço eletrônico: <http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios> no sítio da Assessoria 1, da Secretaria de Economia e Finanças (SEF).

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

f. Controle Interno

- ESTÁGIO DE ATUALIZAÇÃO AOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento ao que prescreve o nº 2 Of nº 042-A/2-Circular de 08 MAI 09, da SEF, e ainda, a programação contida na Ordem Instrução nº 003-S/1, de 10 AGO 09, esta Inspeção ministrou nos dias 09 e 10 SET 09, no Auditório do Círculo Militar do Recife (CMR) o estágio supracitado, o qual foi frequentado pelos militares das UG vinculadas a esta Setorial Contábil, conforme quadro a seguir:

UG	UG	POSTO/GRAD	NOME COMPLETO
160084	CMR	TEN CEL	LEVI PINTO FEITOSA DA SILVA
		CAP	HÉLIO DIAS DE ARAÚJO
		2º TEN	ALEXANDRE FERNANDES SILVA NETO
		2º TEN	CARLOS CÉSAR DE AZEVEDO VIEIRA
		2º TEN	ITAMAR J. GONÇALVES
		1º SGT	ANDRÉ LUIZ ALVES
		2º SGT	MÁRCIO FERREIRA DA SILVA
		SD EP	JONES WAGNER DE LIMA LOBO
160178	14º BIMtz	TEN CEL	MÁRIO FELIZARDO MEDINA
		MAJ	ISRAEL GOMES B. NETO
		CAP	EDUARDO MIZOGUTI
		1º TEN	EDMILSON R. DE O. JUNIOR
		2º SGT	JOÃO B. FIALHO DOS SANTOS
		2º SGT	ANTONIO MENEZES DA SILVA JUNIOR
		3º SGT	WASHINGTON SILVINO A. S.
		3º SGT	GUSTAVO BARROS DE MOURA
160179	3ª D L	CB	JOSUE SILVA BEZERRA
		MAJ	ALBERTO PEREIRA JORGE NETO
		MAJ	MARCIO ROBERTO F. MOREIRA
		2º TEN	EDIL GONÇALVES DE OLIVEIRA
		2º TEN	LAUDIMAR DE OLIVEIRA CABRAL
		2º SGT	REINALDO MAURO MAIA
		2º SGT	ERIVAN FERREIRA DA CUNHA
		3º SGT	FÁBIO FORTES DE OLIVEIRA
160180	4º BPE	TEN CEL	JOSÉ ANTONIO DE SÁ JUNIOR
		MAJ	FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS JUNIOR
		CAP	FELIPE ALEXANDRE PAIVA DIAS DE SA
		1º TEN	RICARDO FERREIRA DE MELO
		S TEN	GIOVANE ANDRADE BRANT
		1º SGT	SAMUEL ROSINO DE ALMEIDA
		1º SGT	ROSEVAL DE MENEZES ROMEIRO
		TEN CEL	ALÉSSIO OLIVEIRA DA SILVA
160181	7º GAC	CAP	JOÃO GUSTAVO B. DE ALBUQUERQUE
		1º TEN	DANIEL VIEIRA BRUNO
		1º TEN	THIAGO HENRIQUE BEZERRA DE SANTANA
		1º SGT	JOSÉ EDSON DA SILVA
		2º SGT	JOSÉ FERNANDO DOS SANTOS
		2º SGT	VALTER ARAÚJO FALCÃO
		3º SGT	ERASMO AMARO DE LIMA
		MAJ	FERNANDO CUNHA DE ALMEIDA
160184	10º Eqd CMec	CAP	LUIZ GUSTAVO DIEGO RIBEIRO
		CAP	JOSÉ DANTAS BARRETO JÚNIOR
		1º TEN	LARRY ANDRASSON CAVALCANTI PEREIRA
		2º SGT	JOSÉ DARCI BARBOSA OVIEDO
		3º SGT	ARGEMIRO GOMES DA SILVA FILHO
		3º SGT	DOMINGOS JOSÉ DE SOUZA GOMES
		TEN CEL	ANDRÉ LUIZ DE ASSIS MIRANDA
		CAP	JANIO TIMOTEO DO NASCIMENTO
160185	14º B Log	CAP	PAULO VLADIMIR SOUSA DA SILVA
		1º TEN	DIEGO F. PAES WANDERLEY
		2º SGT	TARCYSIO GOMES XAVIER DE NOVAES
		2º SGT	EUGENIO ANTONIO DOS SANTOS
		3º SGT	WHENDNEY JONATHAN A. ROCHA
		TEN CEL	PEDRO MELO CAVALCONTI
		2º TEN	EDELICIO RODRIGUES MARINHO
		2º TEN	LEONARDO F. CASSEMIRO DOS SANTOS
160187	21ª C S M	2º TEN	ROMERO DE BRITO BARBOSA
		3º SGT	SEVERINO RODRIGUES DA SILVA
		3º SGT	MANOEL ERNANDE DOS SANTOS

UG	UG	POSTO/GRAD	NOME COMPLETO
160188	4º B Com	TEN CEL	ALEX VANDER LIMA COSTA
		CAP	RÔMULO NOGUEIRA LUCENA
		2º TEN	WALTER FIRMINO NETO
		1º SGT	MANOEL VALDIR MELO FILHO
		2º SGT	LEANDRO FERREIRA DA SILVA
		2º SGT	MARCELO LUIS DA SILVA
		3º SGT	FLÁVIO BEZERRA DA SILVA
160191	CPOR/R	MAJ	JOSÉ CARLOS DURANS ARAÚJO
		MAJ	SANDRO CORDEIRO DE SOUZA
		ASP OF	RODRIGO ANDRADE NOVAES DA SILVA
		1º SGT	ANTONIO CARLOS DE VASCONCELOS
		2º SGT	ALEX ALEXANDRE DA SILVA
		2º SGT	WALTER DE BARROS LOPES NETO
		2º SGT	CLAUDIOMICIO MARQUES DA SILVA
160193	Cmndo 10º Bda Inf Mz	3º SGT	DANIEL GONÇALVES DA LUZ
		3º SGT	JOACIR JOSÉ DA SILVA PEREIRA
		TEN CEL	PAULO ROBERTO TAVARES NASCIMENTO
		MAJ	MARCO AURÉLIO DA SILVA ANDRIANI
		CAP	VANDRÉ DE PAULA FARIA
		S TEN	ANDRÉ ALVES DA GAMA
		2º SGT	LUCIANO DA COSTA ALVES
160194	Cmndo 7ª RM 7ª DE	MAJ	VON MARTINS MATTOS BESSA
		MAJ	CLÁUDIO ALVES CAVALCANTE
		1º SGT	ELTON JOSÉ DE LIMA
		2º TEN	JOSÉ LUIZ BARBOSA DA SILVA
		3º SGT	ÉRIKA RAMOS DA SILVA
160195	Cmndo CMNE	CEL	GLADISTONE SILVA VÉRAS
		MAJ	FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA PASSOS
		MAJ	GUARACI ARARUNA DE MENDONÇA
		1º TEN	GUTEMBERGUE SOBREIRO FRANCISCO DIZ
		2º TEN	DIÓNES ALVES DA COSTA
		1º SGT	FRANCISCO MARCIO DE MESQUITA FERNANDES
		2º SGT	JOSÉ FRANCISCO TRINDADE
160198	7º D Sup	3º SGT	UIRAQUITAN INÁCIO DE SOUZA
		TEN CEL	SEBASTIÃO C. DA S. PARREIRAS
		CAP	LUIZ A. DE ALMEIDA BRAGA
		3º SGT	CARLOS ALBERTO R. DA SILVA
		2º TEN	ROBERTO G. SCHONS CORREA
		3º SGT	JOÃO HELENO DA SILVA
		2º TEN	SERGIO H. PINTO GOULART
160199	H Ge R	3º SGT	CARLOS ALBERTO DA SILVA
		CEL	FRANCISCO JOSÉ MADEIRO MONTEIRO
		MAJ	JORGE XAVIER DO NASCIMENTO
		2º TEN	MAURÍCIO A. PEREIRA
		1º SGT	GILBERTO S. A. MOURA
160200	Pq R Mnt/7	1º SGT	ANTONIO CLEBER F. DA SILVA
		MAJ	LUIZ VASCONCELOS ROCHA
		MAJ	EDNALDO RIBEIRO DE SANTANA JÚNIOR
		CAP	NOÉ BISPO DA SILVA
		1º TEN	JULIO CARNEIRO VIEIRA NETO
		2º SGT	RICARDO LUIS QUIRINO DA SILVA
		2º SGT	CLEIDSON SANTOS DA SILVA
160201	CRO/7	3º SGT	ROGÉLIO SEVERINO CAVALCANTI
		TEN CEL	MARCOS JOSÉ VIANA DA SILVA
		MAJ	CLAUDIU WERNECK NUNES
		3º SGT	KLEBER ALVES PIMENTEL
		3º SGT	CLAUDIA PATRÍCIA DE O. BRANDÃO PINTOR
5º CTA		FC	FRANCISCO FARIAS MARINHO
		2º SGT	ANTONIO PEDROSA LIMA

- Em consequência , a SSPes providencie o registro da informação supracitada no Livro de Histórico da OM.

g. Visita de Auditoria

- Nada a considerar

h. Convênios

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos**a. Determinações DO TCU - A/2 SEF**

(Transcrição da Mensagem 2009/1125877, de 30/09/09 da SEF.)

DO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

REF: OFÍCIO Nº 294 - SSCR/D AUD, DE 22 DE SETEMBRO DE 2009.

1. EM ATENDIMENTO À SOLICITAÇÃO CONTIDA NO DOCUMENTO DA REFERÊNCIA, ESTA SECRETARIA RESOLVE DIFUNDIR A DETERMINAÇÃO CONTIDA NO ACÓRDÃO Nº 1630/2009-TCU-PLÊNARIO, PARA QUE NAS PRÓXIMAS LICITAÇÕES PROMOVIDAS, QUANDO O OBJETO FOR DIVIDIDO EM LOTES, A UG ESTABELEÇA NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO O SEGUINTE:

"9.2.1. QUE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (TAIS COMO CAPITAL SOCIAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO) SEJAM ESTABELECIDOS INDIVIDUALMENTE, E NÃO EM RELAÇÃO A TODOS OS LOTES, CUMULATIVAMENTE, PARA OS QUAIS A LICITANTE FORMULE PROPOSTAS;

9.2.2. QUE AS LICITANTES DEVEM SER ALERTADAS DE QUE, POR OCASIÃO DA SESSÃO DO PRGÃO (PRESENCIAL OU ELETRÔNICO), APÓS JÁ TER VENCIDO EM PELO MENOS UM LOTE, SÓ PODERÃO PARTICIPAR DO LOTE SUBSEQUENTE SE DEMONSTRAREM O CUMPRIMENTO DO REQUISITO DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NÃO APENAS PARA O LOTE EM QUE VENCEU, MAS TAM BÉM, CUMULATIVAMENTE, PARA O LOTE EM QUE IRÁ CONCORRER, SOB PENA DE INCORRER NAS TRANSGRESSÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO;

9.2.3. CRITÉRIOS OBJETIVOS A SEREM OBSERVADOS CASO UM LICITANTE APRESENTE MELHOR PROPOSTA PARA VÁRIOS LOTES; DE MODO A ASSEGURAR QUE SOMENTE SEJAM ADJUDICADOS A UMA MESMA EMPRESA OS LOTES PARA OS QUAIS APRESENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NECESSÁRIOS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS QUE ASSUMIRÁ".

2. CONSIDERANDO TRATAR-SE DE JURISPRUDÊNCIA DO TCU NA APRECIAÇÃO DE CASOS OCORRIDOS NO ÂMBITO DA FORÇA TERRESTRE, ESTA SECRETARIA RECOMENDA AOS OD A FIEL OBSERVÂNCIA DAS DETERMINAÇÕES ACIMA TRANSCRITAS.

BRASÍLIA - DF, 30 DE SETEMBRO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**b. Convênios - Acórdão 1562/2009 - TCU - Acompanhamento e Fiscalização
(Transcrição da SIASG nº 054523, de 28/09/09 da DLSG/SIASG/DF)**

SENHORES DIRIGENTES,

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO-TCU PROFERIU, NO DIA 15 DE JULHO DE 2009, ACÓRDÃO 1562/2009-TCU-PLÊNARIO, ONDE FOI DETERMINADO A TODA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL QUE SOMENTE FORMALIZE CONVÊNIOS NA MEDIDA EM QUE DISPONHA DE CONDIÇÕES TÉCNICO-OPERACIONAIS DE AVALIAR ADEQUADAMENTE OS PLANOS DE TRABALHO, ACOMPANHAR E ORIENTAR A CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS PREVISTOS NAS AVENÇAS, BEM COMO ANALISAR, EM PRAZO OPORTUNO, TODAS AS RESPECTIVAS PRESTAÇÕES DE CONTAS, DE ACORDO COM OS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A MATÉRIA, ESPECIALMENTE A IN/STN Nº 01/97, A PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/CGU Nº 127, DE 29/05/2008, E O DECRETO Nº 6.170/2007, RESPECTIVAMENTE.

ATC, SUSTENTAÇÃO NORMATIVA

DLSG/SLTI-MP

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3. Soluções de Consultas

a. Adicional de habilitação

UG de Origem	Documento de Resposta
28º BC	Of Nº 328 – Asse Jur – 09 (A1/SEF) Circ, de 21 SET 09 e o Parecer nº 063/AJ/SEF, de 21 SET 09..
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- A referida consulta versa sobre a possibilidade de pagamento retroativo do adicional de habilitação a militar que deixou de realizar curso obrigatório por estar <i>sob judice</i> na época oportuna, vindo a concluí-lo somente depois de ter sido absolvido por sentença judicial transitada e julgada.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009	

b. Ajuste de contas

UG de Origem	Documento de Resposta
16ª Bda Inf SI	Of Nº 329 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 21 de setembro de 2009.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta versando sobre Militar que será promovido durante o trânsito, período dentro do qual haverá ainda sua assunção de comando de OM, faz jus ao transporte e à ajuda de custo calculado sobre que posto?	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009	

c. Assessoria Jurídicas de Grande Comando

UG de Origem	Documento de Resposta
SEF	Of Nº 321 – Asse Jur – 09 (A1/SEF) Circ, de 11 SET 09 e o Parecer nº 057/AJ/SEF, de 10 AGO 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Verificar o trâmite e as competência das assessorias jurídicas de Grandes Comandos no que tange à análise de minutas de editais e contratos, bem como em processos de dispensa e inexibilidade de licitação.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009	

d. Diária de asilados

UG de Origem	Documento de Resposta
Cmdo 7ªRM/7ªDE	Of Nº 319 – Asse Jur – 09 (A1/SEF) Circ, de 11 SET 09 e o Parecer nº 058/AJ/SEF, de 11 AGO 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Verificar a legalidade quanto ao pagamento da diária de asilado, bem como o valor do referido benefício eventualmente devido.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as Unidades Gestoras (UG).

a. Legislação e Atos Normativos

ASSUNTO	Onde Encontrar	Observações
- Altera as Instruções Gerais para Concessão de Licenças aos Militares da Ativa do Exército (IG3007).	Port. nº 509, de 29 de julho de 2009. (BE nº 30/09).	Tomar conhecimento
Portaria/STN MF nº 462, de 05 de Agosto de 2009 , que aprova a 2ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, tendo seus efeitos aplicados a partir de 1º de janeiro de 2010, revogando-se, a partir do exercício de 2010, a portaria nº 577, de 15 Out 2008, da STN.	DOU nº 151, de 10 de Agosto de 2009 – Seq I - Pág 23 http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/legcontabilidade.asp	Tomar conhecimento
Portaria Conjunta/STN-MF e SOF/MP nº 2 , de 06 Ago 09, que aprova o Vol. I – Procedimentos Contábeis Orçamentários da 2ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).	http://www.tesouro.fazenda.gov.br http://www.portalsof.planejamento.gov.br	Tomar conhecimento
Portaria/STN nº 467, de 06 de Agosto de 2009 , que aprova os Vol. II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos e IV – Planos de Contas Aplicados ao Setor Público (PCASP), da 2ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).	http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/legcontabilidade.asp	Tomar conhecimento
Súmula/AGU nº 43, de 30 de Julho de 2009 - Os servidores públicos inativos e pensionistas, com benefícios anteriores à edição da Lei nº 10.404/2002, têm direito ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico- Administrativa (GDATA) nos valores correspondentes a: (i) 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 (art. 6º da Lei nº 10.404/2002 e Decreto nº 4.247/2002); (ii) 10 (dez) pontos, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, art. 1º da Lei nº 10.971/2004 e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003); e (iii) 60 (sessenta) pontos, a partir do último ciclo de avaliação de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 até a edição da Lei nº 11.357, de 16 de outubro de 2006.	DOU de 31.07.2009, S. 1, p. 4	Tomar conhecimento

b. Orientações aos Agentes da Administração**1) REGULAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ALTERAÇÃO NO SIAFI**

MSG SIAFI nº 2009/1066302, de 17/09/09 da SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES CHEFES DE ICFEX

1. INFORMO AOS CHEFES DE ICFEX QUE A PORTARIA Nº 474, DE 12 DE AGOSTO DE 2009, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN, APROVA A REGULAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ALTERAÇÃO NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI), E INSTITUI O COMITÊ DE ANÁLISE DE DEMANDAS DO SIAFI.

2. É DA COMPETÊNCIA DO COMITÊ - CONSTITUÍDO NA FORMA ESTABELECIDADA NO ART. 3º DA CITADA PORTARIA - DENTRE OUTRAS, ANALISAR AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE QUE IMPLIQUEM EM ALTERAÇÃO NO SIAFI; ELABORAR O PLANO DE ATENDIMENTO DE DEMANDAS DO SIAFI (PAD-SIAFI) E ENCAMINHÁ-LO AO SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, PARA APROVAÇÃO

3. CONSIDERANDO A ATRIBUIÇÃO ORGÂNICA DESTA SECRETARIA, NA COMPETÊNCIA DE "GERENCIAR AS ATIVIDADES RELATIVAS AO ACESSO DO EXÉRCITO AOS DIVERSOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, RELACIONADOS COM AS ATIVIDADES DA SEF", CONFORME O DISPOSTO NO INCISO XV, DO ARTIGO 4º, DA PORTARIA Nº 015, DE 16 DE JANEIRO DE 2004, DO COMANDANTE DO EXÉRCITO, QUE APROVA O REGULAMENTO DA SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS - R-25, INCUMBIU-ME O SR SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS DE INFORMAR AOS CHEFES DE ICFEX O QUE SE SEGUE.

A. É VEDADO À ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS (UG) DO COMANDO DO EXÉRCITO, O ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO NO SIAFI, DIRETAMENTE AO COMITÊ DE ANÁLISE DE DEMANDAS DO SIAFI.

B. AS PROPOSTAS DAS UG DEVERÃO SER ENCAMINHADAS DIRETAMENTE ÀS ICFEX DE VINCULAÇÃO. APÓS ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER, FAVORÁVEL OU NÃO, PELO CHEFE DE ICFEX, ESTE, DEVERÁ SUBMETER O SEU PARECER DIRETAMENTE À APRECIACÃO DESTA SECRETARIA, POR MEIO DE OFÍCIO DESTINADO AO SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS.

C. AS PROPOSTAS ELABORADAS PELAS PRÓPRIAS OMDs (DGO, D CONT, D AUD, CPEX E ICFEX) TAMBÉM SERÃO ENCAMINHADAS A ESTE SUBSECRETÁRIO PELOS RESPECTIVOS DIRETORES E CHEFES.

D. AS ORIENTAÇÕES AOS GESTORES DOS ODS E ODG SERÃO ESTABELECIDAS POR MEIO DE EXPEDIENTE DESTA SECRETARIA A ELES DESTINADOS.

E. AS PROPOSTAS (DEMANDAS) QUE "AFETEM O PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO CORRENTE E ABERTURA DE UM NOVO EXERCÍCIO DO SIAFI" E AQUELAS QUE "AFETEM O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO OU A CONSOLIDAÇÃO DOS SEUS DEMONSTRATIVOS" DEVERÃO SER ENCAMINHADAS A ESTA SECRETARIA ATÉ 31 DE MAIO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, PARA APRECIACÃO DESTES ODS E REMESSA AO COMITÊ DE ANÁLISE DE DEMANDAS DO SIAFI, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ATENDER O DISPOSTO NO § 1º, DO ART. 4º, DA PORTARIA Nº 474/2009 - STN.

F. O COMITÊ SE REUNIRÁ A CADA DOIS MESES, E ANALISARÁ AS DEMANDAS APRESENTADAS, DEFININDO O PAD-SIAFI QUE SERÁ APRECIADO E APROVADO PELO SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL.

4. DIANTE DO EXPOSTO, SOLICITO A ESSA CHEFIA PUBLICAR A PRESENTE MENSAGEM NO BOLETIM INFORMATIVO PARA CONHECIMENTO DOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) DAS UNIDADES GESTORAS (UG) VINCULADAS.

BRASÍLIA - DF, 17 DE SETEMBRO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) COMPROVANTE DE RESIDENCIA

MSG SIAFI nº 2009/1000784, de 02/09/09 da SEF

DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

INFORMO AOS SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE PARA FAZER PROVA DE RESIDÊNCIA, ALÉM DA CORRESPONDÊNCIA EMITIDA POR CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, TAMBÉM É ADMITIDA A DECLARAÇÃO NOS MOLDES DA LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU) DE 30 DE AGOSTO DE 1983.

BRASÍLIA - DF, 31 DE AGOSTO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Relatório de Acompanhamento da Apuração de Indícios de Irregularidade Administrativa (RAAIIA)

MSG FAX, nº 118-SAGEF/D Aud – CIRCULAR, de 14 de setembro de 2009 da D Aud.

- Incumbiu-me o Sr Subdiretor de Auditoria de orientar as Unidades Gestoras vinculadas a esta Inspeção, e para tanto, transcrevo a Msg FAX abaixo, tendo em vista a importância do assunto supracitado:

“MINISTERIO DA DEFESA – EXÉRCITO BRASILEIRO – SEF – D AUD – SAGEF – DIRETORIA GENERAL SERZEDELLO CORRÊA – FAX nº 118-SAGEF/D AUD – CIRCULAR, 14 SET 09 – REFERÊNCIA: FAX nº 065-SAGEF/D Aud - CIRCULAR, de 02 abr 09. 1. Versa o presente expediente sobre o Relatório de Acompanhamento da Apuração de Indícios de Irregularidade Administrativa – RAAIIA. 2. Solicito a essa Chefia que mantenha nos relatórios somente as informações acerca dos procedimentos, até que seja implementado o ressarcimento total do prejuízo apurado ou realizada a efetiva inscrição em Dívida Ativa da União, informando, neste caso, obrigatoriamente, o respectivo número do protocolo de entrada na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN – Unidades Regionais, Estaduais ou Seccionais). 3. *Esta Diretoria solicita, ainda, que essa Unidade de Controle Interno oriente as Unidades Gestoras (UG) vinculadas quanto a necessidade do arquivamento e controle dos processos encerrados e dos que foram inscritos na Dívida Ativa da União, visando preservar aquelas UG de futuros questionamentos, tanto do Controle Interno / Externo, como por órgãos do poder judiciário.* – Quartel General Marechal Bittencourt, Brasília – DF, 14 de setembro de 2009. ASS – DANILO CESAR AGUIAR DE SOUZA – Cel Int QEMA – Subdiretor de Auditoria.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e ainda, cumpram a determinação contida no nº 3 do FAX supracitado providências decorrentes.

c. Mensagens COMUNICA:

MENSAGEM	EXPEDIDOR	A S S U N T O S
SIAFI 2009/0978938	7ª ICFEx	Resto a pagar não processados/Ação 2000 do PAA
SIAFI 2009/0992706	7ª ICFEx	Militar da Ativa – Compensação Pecuniária
SIAFI 2009/0992716	7ª ICFEx	Servidor Civil – Exercícios Anteriores
SIAFI 2009/0994647	7ª ICFEx	Suprimento de Fundos – Reclassificação da Despesa
SIAFI 2009/0994662	7ª ICFEx	Suprimento de Fundos – Estorno de Despesas
SIAFI 2009/0994679	7ª ICFEx	Suprimento de Fundos – Liquidação de Fatura
SIAFI 2009/0994680	7ª ICFEx	Recebimento de Destaques
SIAFI 2009/1004897	7ª ICFEx	Declaração de Imposto sobre propriedade Territorial Rural
SIAFI 2009/1006576	7ª ICFEx	Suprimento de Fundos – Atenção
SIAFI 2009/1006610	7ª ICFEx	Desequilíbrio Equação 003
SIAFI 2009/1011153	7ª ICFEx	Implantação da Sessão Pública para Convite, Concorrência e TP
SIAFI 2009/1025391	7ª ICFEx	Restrição Contábeis
SIAFI 2009/1031696	7ª ICFEx	Sistema de Informação de Custos do Governo Federal
SIAFI 2009/1037832	7ª ICFEx	Devolução de Limite de Saque
SIAFI 2009/1038145	7ª ICFEx	Apuração de Irregularidade Administrativa
SIAFI 2009/1038977	7ª ICFEx	Sessão Pública SIASGNET (Videoconferência)
SIAFI 2009/1038977	DGP	Auxílio Indenizatório – Ressarcimento aos SC não beneficiados PASS
SIAFI 2009/1052495	7ª ICFEx	Plano de Aplicação de Recursos – Expectativa de Crédito
SIAFI 2009/1066246	SEF	Sistema de Concessão de Diária e Passagens - SCDP
SIAFI 2009/1066521	7ª ICFEx	Contracheques Provisórios
SIAFI 2009/1071101	CPEX	Novo Sistema de Pagamento de Pessoal (SIPPES) do EB
SIAFI 2009/1077714	CPEX	Solicitação de E-MAILS para atender o Novo Sistema de Pqto de Pesoa (SIP)
SIAFI 2009/1077811	CPEX	Servidor em débito com a Justiça Eleitoral
SIAFI 2009/1078770	7ª ICFEx	Regularização dos Créditos de Alteração no SIAFI
SIAFI 2009/1078806	7ª ICFEx	Sistema de Concessão de Diária e Passagens
SIAFI 2009/1097060	7ª ICFEx	Regularização Contábil Mensal
SIAFI 2009/1102475	7ª ICFEx	Publicação de Extrato de Convênio na Imprensa Nacional
SIAFI 2009/1119342	7ª ICFEx	Habilitação do Perfil para acessar ao SIASGNET
SIASG 053251	DLSG/SLTI/MP	Videoconferência para Apresentação do SCDP
SIASG 053260	DLSG/SLTI/MP	Portal dos Convênios – Novas Funcionalidades e Adequações

Obs: Os documentos acima relacionados devem estar arquivados em ordem cronológica, com o visto do OD e do Chefe da Seção interessada.

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

ANIVERSÁRIO DE OM

Esta chefia e os Integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam, e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional, aos Ordenadores de Despesas (OD) e Integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorreram ou transcorrerão no mês de **OUTUBRO** de 2009:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
Cmdo da 6ª RM	Salvador - BA	01 OUT
10ª Cia Eng Cmb	São Bento do Una - PE	16 OUT
7º Pel PE	Natal - RN	20 OUT

Informações do tipo “Você sabia ...?”

1. Que, o constante da alínea c do Termo de Opção contido na Portaria 348-Cmt Ex, de 2001, diz que o período de Licença Especial (LE) adquirido pelo militar e não gozado deverá ser utilizado para contagem em dobro quando de sua passagem à inatividade remunerada e para o cômputo dos anos de serviço?

2. Que, em vista disso, o militar passa perceber, a partir do momento em que sua opção foi devidamente publicada em Boletim Interno, o equivalente a 1% (um por cento) a mais, incidente sobre seu soldo, a título de adicional de tempo de serviço? [\(Parecer nº 058/AJ/SEF de 26 de julho de 2006\)](#)

3. Que, no ato do Exame do CADBEN FUSEX, o beneficiário titular a ser examinado deverá preencher e assinar a Ficha Auxiliar para o exame do CADBEN FUSEX (FAE CADBEN FUSEX), a qual deverá ser entregue ao presidente da comissão e, após os trabalhos, ser anexada à Pasta de Habilitação à Pensão Militar do titular, conforme prevê o Art 62 das Instruções para o Gerenciamento do Cadastro de Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (IR30-39)? [\(Portaria nº 049- DGP, de 28 de fevereiro de 2008\)](#)

4. Que, ao concluir o Exame do CADBEN FUSEX, deverão ser elaborados, pelo presidente da comissão, o Relatório da Comissão do Exame do CADBEN FUSEX e o Quadro Demonstrativo do Exame do Exame do CADBEN FUSEX, conforme os modelos previstos no anexo “A” das Instruções para o Gerenciamento do Cadastro de Beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (IR30-39)? [\(Portaria nº 049- DGP, de 28 de fevereiro de 2008\)](#)

5. Que, o quadro, o relatório e o respectivo despacho deverão ser publicados em Boletim Interno, devendo o Cmt, Ch ou Dir determinar que, no prazo de 20 (vinte) dias, sejam feitas as correções das alterações constatadas no Exame do CADBEN FUSEX do mês corrente e que, no prazo de 08 (oito) dias, sejam feitas as correções das alterações constatadas no exame anterior? [\(Portaria nº 049- DGP, de 28 de fevereiro de 2008\)](#)

6. Que, a DAP, poderá solicitar, de forma eventual e aleatória, a remessa da cópia das folhas do BI que publicou o relatório e o respectivo despacho do Ordenador de Despesas? [\(Portaria nº 049- DGP, de 28 de fevereiro de 2008\)](#)

7. Que, está disponibilizado na página da D Cont, via intranet, (<http:dcont.sef.eb.mil.br>), um fórum de discussões para esclarecer as dúvidas dos usuários do Sistema Gerencial de Custos?

8. Que, por ocasião da transferência para a reserva remunerada, o militar faz jus a receber 04 (quatro) remunerações como Ajuda de Custo, sendo esse valor calculado com base no maior soldo do círculo hierárquico: o de General-de-Exército para os oficiais gerais, o de Coronel para os oficiais superiores, o de Capitão para os oficiais intermediários, o de Primeiro-Tenente para os oficiais subalternos e o de Subtenente para as praças ?

9. Que, também faz jus a uma remuneração, referente ao período integral de férias não gozadas, relativas ao ano anterior e, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço, referente ao ano vigente?

10. Que, o adicional de férias, valor correspondente a um terço da remuneração de férias, será pago relativo ao período integral de férias não gozadas no ano anterior e, ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo serviço?

11. Que, a retirada do valor total da conta, ou seja, o saque do principal, poderá ser feita nas seguintes situações:

- a. aposentadoria;
- b. invalidez;
- c. reforma ou transferência para a reserva (para o militar);
- d. portadores da Síndrome da Imunodeficiência adquirida (AIDS) Lei Federal nº 7.670, de 08/09/88;
- e. Portador de Neoplasia Maligna (Câncer) - Res. nº 1, de 15/10/96.

12. Que, o saque do principal também pode ser efetuado no caso de falecimento do participante, de acordo com a Lei nº 6.858/80, em partes iguais aos dependentes, de acordo com a legislação da Previdência Social e legislação específica dos servidores civis e militares, mediante a simples apresentação da Certidão de óbito e da Certidão de Dependentes Habilitados à Pensão por Morte, obtida sem qualquer despesa junto ao órgão encarregado do pagamento do benefício?

13. Que, o valor do saldo das contas pode ser informado ao funcionário/servidor bastando para isso ser preenchido o formulário próprio em qualquer agência do Banco do Brasil?

14. Que, para efetuar o saque do principal, os funcionários/servidores deverão se dirigir a qualquer agência do Banco do Brasil com o número do PASEP e a documentação exigida em cada caso?

15. Que, de acordo com a previsão legal (manual SIAFI macrofunção 02.11.21) o prazo máximo para aplicação do suprimento de fundos será de até 90 (noventa) dias a contar da data do ato de concessão do suprimento de fundos, e não ultrapassará o término do exercício financeiro?

16. Que, as organizações industriais da Administração Federal Direta somente poderão utilizar o contido no § 6º do artigo. 23 da Lei nº 8.666/93, (limites estabelecidos no Inciso I do mesmo Art. 23) nas compras e serviços em geral para a aquisição de material aplicado exclusivamente na manutenção, reparo ou fabricação de meios operacionais bélicos da União?

17. Que, nas demais aquisições deverão ser utilizadas os limites do Inciso II do artigo 23?

18. Que, tendo em vista cumprir a determinação contida na MSG SIAFI nr 2007/0941301- D Cont, de 19 jul 07, deve ser regularizado pela UG, dentro do mês de competência, o saldo existente na conta 211199900 - outros consignatários, com o fim de evitar o registro da conformidade contábil com restrição por parte da ICFEx de vinculação?

19. Que, as UG devem realizar minuciosa conferência entre os valores informados mensalmente nos relatórios SISCOFIS (RMB) - material permanente, ao Esc Log/RM e a respectiva conciliação com saldos do SIAFI, a fim de se evitar divergências entre esses valores

20. Que, estas divergências podem ser verificadas por esta inspetoria, através do SISPATR – Sistema Gerencial de Acompanhamento e Controle Patrimonial, que é um sistema controlado pela Diretoria de Contabilidade?

21. Que, os saldos do SIMATEX (SISCOFIS) x SIAFI, devem estar compatibilizados no fechamento de cada mês e ser informado na letra b) do nº 1. do RPCM (Relatório de Prestação de Contas Mensal) da UG, conciliado ou não?

22. Que, de acordo com a MSG nº 2001/248760, de 17 mai 01, da SEF, o pré-empenho só pode ser realizado em favor do LQFEx (160328), EGGCF (160083) e IBEx (160324), e que outras UG que necessitem de autorização para recebimento de recursos sob a forma de pré-empenho deverão fazer a solicitação à SEF, por intermédio de sua ICFEx de vinculação, apresentando as justificativas pertinentes?

23. Que, para as despesas classificadas em lei como sigilosas e para as quais seja imprescindível a manutenção do sigilo do agente público responsável pelo gasto, a emissão do documento hábil “SF” no subsistema CPR deverá ser em nome da própria UG?

24. Que, em atendimento a Lei nº 11.441/07 o CPEx criou o novo código ZJA para o lançamento da pensão alimentícia extrajudicial, devendo a UG atualizar o FAP digital (atualização nº 4), conforme informado na MSG SIAFI nº 2009/0800141 – SEF GESTOR, de 15 jul 09 ?

25. Que, encontra-se disponível na intranet do CPEx (legislação/manuais) o novo manual referente à pensão alimentícia judicial e extrajudicial ?

26. Que, de acordo com as IG 12-04, caso a soma dos descontos obrigatórios acrescidos dos autorizados, exceda ao limite definido na legislação em vigor, os descontos autorizados serão excluídos, até ficarem dentro do limite da margem consignável, observando-se, para tanto, a seguinte prioridade na exclusão:?

I - mensalidade;

II - empréstimo;

III - financiamento de bens móveis;

IV - seguro, previdência privada e plano de saúde;

V - ensino, aquisição de uniforme e farmácias ambulatoriais do Exército; e

VI- financiamento imobiliário

27. Que, a partir de 01 Set 2009 o valor da Unidade de Serviço Médico passará para R\$ 0,26 (vinte e seis centavos), conforme MSG SIAFI 2009/0927584 (DAP/DGP, de 17 Ago 09)?

28. Que, devido à alteração para agência estilo do Banco do Brasil, o número de inconsistências bancárias está aumentando?

29. Que, os beneficiários do sistema de pagamento devem informar qualquer tipo de alteração do domicílio bancário para o setor de pagamento da OM, fins de atualização da ficha-cadastro no sistema;

30. Que, apesar dos bancos informarem que tomarão todas as providências necessárias, o sistema de pagamento do Exército somente pode ser alterado via FAP digital;

31. Que, muitas impropriedades frequentemente detectadas nas UG são fruto da falha de aplicação dos controles internos administrativos.

32. Que, para tornar possível a conciliação dos saldos do RMA e RMB extraídos do SIMATEX com os saldos do Balancete Contábil extraído do SIAFI (mês fechado), as datas de lançamento dos registros em ambos os sistemas devem ser iguais e os RMA e RMB devem ser emitidos após a inclusão de todos os registros relativos ao mês de referência. (Ex.: As NL ou NS lançadas no SIAFI no mês subsequente (mês ainda aberto), com data de emissão correspondente ao mês anterior, devem ter as mesmas datas do mês anterior nos registros do SIMATEX)?

(Extraído do B Info nº 06, de 30 Jun 09, da 3ª ICFEx)

33. Que, com a Instrução Normativa nº 57, de 27 de agosto de 2008, o Tribunal de Contas da União (TCU) **alterou o prazo mínimo** para o arquivamento dos documentos relativos à prestação de contas **de 05 (cinco) para 10 (dez) anos**?

34. Que, o descumprimento do prazo mínimo de dez anos de arquivamento sujeitará o responsável à sanção prevista no inciso II do art. 58 da Lei nº 8.443, de 1992, sem prejuízo da instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano ao erário, se for o caso?

35. Que, a IN nº 57, de 27 Ago 08, aplica-se aos processos de contas referentes ao exercício de 2008 e seguintes?

36. Que, tendo em vista a edição do Decreto nº 6.932/2009 – que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências?

37. Que, toda consulta formulada pelas UG vinculadas esteja de acordo com a Portaria SEF 004, de 05 Nov 02; ou seja, as consultas devem conter a descrição do assunto, a legislação pertinente, o estudo comparativo das razões favoráveis à tese da consulta e/ou dos motivos que lhe são contrários, além do entendimento do OD da questão em estudo. Deste modo, será cumprida a legislação em vigor e esta Inspeção terá subsídios em relação à consulta, caso haja necessidade de se encaminhar a questão à SEF?

7ª ICFEx	Continuação do B Info N° 09, de 30 de setembro de 2009	Pág 16	
-----------------	---	---------------	--

38. Que, na intranet da SEF, na Assessoria 1, existe um banco de dados de ofícios e pareceres expedidos por aquela Secretaria, que pode ser acessado (pelo "VPN") no endereço <http://intranet.sef.eb.mil.br/>, assessoria/seção: assessoria 1, ofícios e pareceres. Os documentos devem sempre ser consultados dos mais recentes para os mais antigos, pois ao longo do tempo mudanças podem ter ocorrido?

39. Que, é imprescindível o acesso prévio aos bancos de dados da SEF, a fim de verificar se o assunto da consulta já foi objeto de estudo e se já há algum posicionamento daquela Secretaria?

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel
Chefe da 7ª ICFEx

Anexo “A”

JULGADOS E NORMAS DO TCU DE MAIOR INTERESSE PARA AS UG PUBLICADOS EM AGOSTO DE 2009

- Assunto: **PREGÃO. DOU de 31.07.2009**, S. 1, p. 84. Ementa: determinação ... para que evite realizar negociação de preço com empresa que não participou da etapa de lances, devendo ser obedecidos os ditames do inc. XVII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (item 1.6.3.4, TC-002.785/2009-9, Acórdão nº 3.894/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 31.07.2009**, S. 1, p. 84. Ementa: determinação ... para que se abstenha de modificar, mediante tratativas com as empresas participantes do certame, a natureza e as características do objeto licitado, em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 (item 1.6.3.5, TC-002.785/2009-9, Acórdão nº 3.894/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **PARECER JURÍDICO e RESPONSABILIDADE. DOU de 31.07.2009**, S. 1, p. 88. Ementa: recomendação à Consultoria Jurídica ... para que observe a legislação pertinente quando da elaboração de pareceres, uma vez que a Corte de Contas tem se pronunciado no sentido de que cabe responsabilização ao parecerista jurídico instado a se manifestar acerca de termos de contrato, convênio etc., posição reafirmada pelo STF no MS nº 24.584 (item 1.5.2, TC-007.077/2001-6, Acórdão nº 3.923/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 31.07.2009**, S. 1, p. 95. Ementa: determinação ... para que, ao realizar procedimentos licitatórios de âmbito internacional, observe fielmente o disposto no art. 32, § 4º, da Lei nº 8.666/1993, procedendo à correta identificação das empresas estrangeiras participantes e seus respectivos representantes sediados no território nacional, de forma que os requisitos de habilitação sejam atendidos pela empresa que efetivamente se obrigue a fornecer o objeto licitado (item 9.2, TC-001.276/2007-1, Acórdão nº 3.951/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 116. Ementa: determinação ... para que evite, em pregões eletrônicos, solicitar de forma generalizada a todos os licitantes o envio de documentação por meio diverso do sistema eletrônico, restringindo esse tipo de medida às empresas detentoras das propostas vencedoras do certame, em atenção ao disposto no art. 21 do Decreto nº 5.450/2005 (item 1.5.1.1, TC-008.846/2009-3, Acórdão nº 1.709/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 117. Ementa: determinação ... para que observe, em licitações, a jurisprudência do TCU no sentido de que, para fins de ampliação da competitividade, a vinculação do profissional à empresa concorrente possa ser realizada por meio de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum, não sendo necessário, pois, que o empregado possua vínculo empregatício, mediante Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada (item 1.5.1.1, TC-014.402/2009-2, Acórdão nº 1.710/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 120. Ementa: determinação ... para que faça constar, como anexo aos editais de licitação, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, em cumprimento ao art. 40, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.2.1, TC-013.447/2007-3, Acórdão nº 1.726/2009- Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 120. Ementa: determinação ... para que promova a formalização de termo aditivo a um contrato para a construção de ... reduzindo o valor do BDI (LDI), por meio da alteração dos percentuais atribuídos ao PIS e à COFINS, passando esses a corresponderem, em conformidade com a Lei nº 9.718/98 e com o Acórdão nº 325/2007-Plenário, a 0,65% e 3,0%, respectivamente, e mediante a exclusão da CPMF, após 31.12.2007, em decorrência da sua extinção (item 9.4.1, TC-026.984/2007-1, Acórdão nº 1.727/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 121. Ementa: determinação ... para que exija dos fiscais a elaboração de diário de obras, registrando tempestivamente as ocorrências relacionadas à execução do contrato (materiais, equipamentos e mão-de-obra utilizados, bem como a localização precisa dos serviços executados etc.), em atenção ao § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 (item 9.8.3, TC- 002.082/2006-4, Acórdão nº 1.731/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 122. Ementa: determinação ... para que se abstenha de autorizar a celebração de termos aditivos que extrapolem o limite de 25% previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, Lei nº 8.666/1993, podendo tais limites ser ultrapassados somente quando atendidos cumulativamente todos os pressupostos estabelecidos na Decisão nº 215/1999-Plenário; esclarecendo ainda que: a) o limite de 25 % não se refere ao saldo dos acréscimos menos os decréscimos, e sim ao total tanto dos acréscimos quanto dos decréscimos; b) para se efetuar o cálculo do valor possível a ser aditado, deve-se, além de atualizar o valor inicial do contrato, atualizar também os valores dos aditivos já efetuados; c) o valor encontrado considerando a atualização do contrato se refere ao valor possível de ser aditado na data em questão, mas, para se efetuar o aditivo a preços iniciais, deve-se eflacionar o valor encontrado até a data-base (item 9.9.3, TC-000.786/2001-1, Acórdão nº 1.733/2009- Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 126. Ementa: determinação ... para que: a) não inclua, na composição do LDI/BDI, parcela referente ao IRPJ e à CSLL, conforme preconiza o item 9.1.1 do Acórdão nº 325/2007-Plenário; b) abstenha-se de incluir, na composição do BDI, cotação de serviços do tipo "imprevistos" e "diversos", sem que haja detalhamento e comprovação de que se trata, de fato, de despesa indireta relativa à execução do empreendimento (itens 9.1.7 e 9.1.8, TC-007.497/2009-6, Acórdão nº 1.745/2009- Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 126. Ementa: determinação ... para que, nas licitações, adote BDI diferenciado para a prestação de serviços e para o fornecimento de materiais e/ou equipamentos, consoante posicionamento predominante na jurisprudência do TCU (item 9.2.8, TC-018.313/2002-1, Acórdão nº 1.746/2009-Plenário).

- Assunto: **PREGÃO. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 137. Ementa: determinação ... para que adote as medidas tendentes a aperfeiçoar o acompanhamento da execução de seus contratos, de forma a evitar situações como a ocorrida num pregão de 2006, em que, por conta de inadimplência contratual, houve contratação emergencial, sem observar as regras previstas no art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/1993, relativas à convocação das empresas que participaram do aludido certame, obedecida a ordem de classificação e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido (item 9.2.6, TC-031.017/2007-0, Acórdão nº 4.034/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **MARCA. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 145. Ementa: determinação ... para que se abstenha de indicar preferência por marca de objeto a ser adquirido por meio de procedimento licitatório, por contrariar os arts. 7º, § 5º, e 15, § 7º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993 e, na hipótese de se tratar de objeto com características e especificações exclusivas, a justificativa para a indicação de marca, para fins de padronização, deverá ser fundamentada em razões de ordem técnica (item 1.5.1, TC-018.783/2007-9, Acórdão nº 3.964/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **PREGÃO. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 145. Ementa: determinação ... para que instaure processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, para decidir sobre a aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 à empresa licitante que utilizou documentação falsa em pregão presencial de 2006, durante a fase de classificação desse certame ... (item 1.5.2, TC-018.783/2007-9, Acórdão nº 3.964/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 07.08.2009**, S. 1, p. 148. Ementa: determinação ... para que, nas licitações e contratações diretas para a execução de obras e serviços de engenharia: a) efetue, preliminarmente à licitação ou contratação direta, avaliação econômica das alternativas de forma de ajuste (execução direta ou execução indireta em regime de empreitada integral, empreitada por preço global, empreitada por preço unitário ou uma composição dos regimes de empreitada por preço global ou por preço unitário com a compra direta de materiais), justificando, desta forma, a escolha daquela que se revelar mais conveniente para o caso; b) preveja, nos orçamentos que elaborar, o custeio das despesas de mobilização e desmobilização, em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas, nos termos do disposto no art. 7º, § 2º, inc. II, e art. 40, inc. XIII, da Lei nº 8.666/1993; c) exija, nos processos de contratação direta ou nos editais de licitação, que as empresas interessadas, em qualquer regime de contratação, forneçam a composição detalhada de todos os seus preços unitários, inclusive da margem, tributos e impostos incidentes sobre materiais, bem como da composição do homem-hora adotado em seus orçamentos (indicando seus coeficientes de produtividade, salários, encargos, custos de equipamentos, ferramentas, canteiro, etc.), nos termos do art. art. 7º, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/93; d) atente para a necessidade de os editais de licitação de obras e serviços de engenharia estabelecerem critério de aceitabilidade dos preços unitários e global máximos, devendo o critério de aceitabilidade ser o próprio valor orçado, uma vez que não há razoabilidade em a Administração efetuar licitação (que se destina a selecionar a proposta mais vantajosa) para, ao final, contratar a preços superiores ao valor de mercado (item 9.4.8, TC-013.447/2005-7, Acórdão nº 3.977/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **FUNDAÇÃO DE APOIO. DOU de 14.08.2009**, S. 1, p. 132. Ementa: determinação ... para que se abstenha de contratar fundação de apoio para desempenhar atividades administrativas e de gerência financeira não previstas em seus estatutos, sobretudo as decorrentes de empenhos liberados em proximidade de final de exercício, conforme item 1.1.1.5 do Acórdão nº 3.019/2006-2ª Câmara e item 1.6.1.9 do Acórdão nº 2.000/2009-2ª Câmara (item 9.1.1, TC-007.308/2009-0, Acórdão nº 1.782/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 14.08.2009**, S. 1, p. 133. Ementa: determinação ... atente para o receituado no art. 7º, §§ 1º e 2º, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, no que tange à aprovação formal dos projetos básico e executivo por parte de autoridade competente e ao detalhamento dos itens de obilização/desmobilização de equipamentos, nos orçamentos das obras e serviços (item 9.1, TC-005.639/2009-4, Acórdão nº 1.786/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 21.08.2009**, S. 1, p. 92. Ementa: determinação às Indústrias Nucleares do Brasil S/A para que passe a observar, principalmente nas licitações destinadas à contratação de obras e serviços de engenharia, ao analisar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) apresentada pelos licitantes, as premissas contidas no Acórdão nº 325/2007-Plenário, particularmente no tocante aos seguintes pontos: a) os tributos Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) não devem integrar o cálculo do BDI, tampouco a planilha de custo direto, por se constituírem em tributos de natureza direta e personalística, que oneram pessoalmente o contratado, não devendo ser repassados à contratante; b) itens passíveis de inclusão na planilha e custos diretos, tais como administração local, canteiro de obras, mobilização e desmobilização, não devem compor o percentual do BDI (item 9.1.3.4, TC-010.076/2009-6, Acórdão nº 1.854/2009-Plenário).

- Assunto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO. DOU de 21.08.2009**, S. 1, p. 102. Ementa: determinação ao IMPA-OS para que, ao celebrar contratos com base na dispensa de licitação prevista no art. 24, inc. XIII da Lei nº 8.666/1993, certifique-se de que o objeto pretendido tem conexão com as atividades de pesquisa, ensino, extensão ou desenvolvimento institucional, não bastando apenas o fato de a contratada ser incumbida regimentalmente ou estatutariamente dessas atividades (item 1.5.1, TC-016.715/2007-0, Acórdão nº 4.185/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **RESPONSABILIDADE. DOU de 21.08.2009**, S. 1, p. 102. Ementa: determinação à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental para que reveja seus procedimentos internos de salvaguarda de materiais e equipamentos controlados, alertando para o fato de que falhas de segurança, em algumas situações, podem redundar em responsabilização dos gestores, inclusive dos dirigentes máximos, por culpa “in elegendo” ou “in vigilando” (item 1.5, TC-026.000/2006-4, Acórdão nº 4.189/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e MICROEMPRESA. DOU de 21.08.2009**, S. 1, p. 125. Ementa: determinação ao Fundo da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (FUNSEI) para que aplique nas licitações que realizar as disposições dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) (item 1.4.2, TC-017.064/2008-9, Acórdão nº 4.161/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO. DOU de 21.08.2009**, S. 1, p. 134. Ementa: determinação à SRTE/SE para que adote, com antecedência suficiente, as providências para elaboração de procedimentos licitatórios com vistas a concluí-los antes do término dos contratos de prestação de serviços porventura vigentes, evitando-se, com isso, utilização indevida de dispensa de licitação com fundamento no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993; bem como se abstenha de prorrogar um contrato de 2007, relativo à prestação de serviços de limpeza, conservação, copa e operacionalização de PABX, caso ainda em vigor, uma vez que o mesmo não se enquadra como emergencial (itens 1.5.1.1 e 1.5.1.2, TC-014.475/2008-0, Acórdão nº 4.234/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 28.08.2009**, S. 1, p. 147. Ementa: determinação ao INSS para estabelecer, por meio de aditamento a um contrato de 2009, os limites, condições e critérios de aceitabilidade para as subcontratações, em conformidade com o disposto no art. 72 da Lei nº 8.666/1993, assim como instituir procedimento de avaliação, para fins de autorização, da habilitação da subcontratada quando o objeto da subcontratação envolver item referenciado na qualificação técnica da contratada, observando estritamente o disposto no art. 78, inc. VI, da aludida Lei no que se refere à vedação de subcontratação total ou parcial do objeto do contrato (item 9.1.2, TC-012.968/2009-2, Acórdão nº 1.932/2009-Plenário).

- Assunto: **CONTRATOS. DOU de 28.08.2009**, S. 1, p. 147. Ementa: determinação ao INSS para aplicar, na hipótese de inexecução parcial de contrato, as sanções cabíveis à contratada, somente admitindo retardamento da execução da obra, ou de suas parcelas, quando fundamentado por motivo de ordem técnica, superveniente ou imprevisível, devidamente justificado, conforme estabelece o art. 8º da Lei nº 8.666/1993 (item 9.1.7, TC-012.968/2009-2, Acórdão nº 1.932/2009-Plenário).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA. DOU de 28.08.2009**, S. 1, p. 148. Ementa: determinação ao INSS para exigir, para cada etapa executada da obra, a apresentação por parte da contratada, antes da aferição dos serviços realizados e como condição para atesto destes, da parcela correspondente do projeto executivo, de forma a compatibilizar tal prática ao disposto no art. 7º, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.1.8, TC- 012.968/2009-2, Acórdão nº 1.932/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 28.08.2009**, S. 1, p. 152. Ementa: consideração como indícios de irregularidades a inclusão de quesitos indevidos na planilha de formação de preços em uma concorrência de 2009, como Imposto de Renda Pessoal Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Reserva Técnica e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) (item 9.3.4, TC-012.675/2009-0, Acórdão nº 1.942/2009-Plenário).

- Assunto: **AMOSTRAS. DOU de 28.08.2009**, S. 1, p. 155. Ementa: determinação ao Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DEFMM) para que, em procedimentos licitatórios, limite-se a inserir exigência da apresentação de amostras ou protótipos dos bens a serem adquiridos, na fase de classificação das propostas, apenas ao licitante provisoriamente em 1º lugar e desde que, de forma previamente disciplinada e detalhada, no instrumento convocatório, nos termos dos arts. 45 e 46 da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.2.1, TC-019.425/2007-3, Acórdão nº 4.278/2009-1ª Câmara).

7ª ICEx	Continuação do B Info Nº 09, de 30 de setembro de 2009	Pág 21	
---------	--	--------	--

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 28.08.2009**, S. 1, p. 178. Ementa: recomendação ao SERPRO/SP para que, em seu processo de contratação de bens e serviços, adote sistemática de controle que minimize os riscos de contratar empresas que incidam nas vedações do art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e de ocorrerem fraudes e erros na inclusão e seqüenciamento de documentos nos autos dos processos licitatórios (item 9.2, TC-017.324/2006-3, Acórdão nº 4.424/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES. DOU de 28.08.2009**, S. 1, p. 192. Ementa: determinação à Universidade Federal do Paraná para que se abstenha de prever, em seus editais, a exigência de que a licitante seja credenciada, autorizada, eleita, designada, ou outro instituto similar, pelo fabricante para fornecer, instalar, dar suporte e configurar os equipamentos que constituam o objeto da licitação, tendo em vista tratar-se de condição que restringe indevida e desnecessariamente o caráter competitivo do certame, contrariando os arts. 3º, § 1º, inc. I, e 30 da Lei nº 8.666/1993 (item 1.4.1, TC-010.058/2008-0, Acórdão nº 4.300/2009-2ª Câmara).